



► Continuação

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos Circulantes</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	101.190	795	220.007
Aplicações financeiras	5	393.262	299.981	1.485.408
Contas a receber	6	6.225	6.918	64.372
Impostos e contribuições a recuperar	23	50.515	60.702	441
Contas a receber com partes relacionadas	23	96.350	81.416	46.115
Outros ativos circulantes	3	3.351	3.443	46.115
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>655.893</b>	<b>460.755</b>	<b>2.588.253</b>
<b>Ativos não Circulantes</b>				
Contas a receber	6	-	-	115.900
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.499	41	31.784
Direitos a receber por aquisições	16	269	367	143.631
Depósitos Judiciais	23	1.685	30.081	1.699
Créditos com partes relacionadas	9	1.019	-	11.090
Outros ativos não circulantes	10	4.093.334	3.909.390	33.878
Investimentos	10	4.487	3.881	501.241
Intangível	12	116.777	110.308	933.995
Intangível	12	116.777	110.308	5.566.994
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>4.219.670</b>	<b>4.054.068</b>	<b>7.585.459</b>

**Total dos Ativos** 4.875.563 4.514.823 10.173.712 9.688.873

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social		Reserva de Lucros		Ações em tesouraria (178.283)	Reserva legal (18.791)	Retenção de lucros (244.565)	Lucro (Prejuízo) de acumulados (1.374)	Total do patrimônio líquido dos controladores (2.404.485)	Participação de acionistas não controladores (482)	Total do patrimônio líquido (2.857.343)
	Integralizado (2.569.625)	Gastos com emissão de ações (117.965)	Reserva de capital (25.163)	Ajuste de avaliação patrimonial (157.411)							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.569.625</b>	<b>(117.965)</b>	<b>25.163</b>	<b>(157.411)</b>							
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(1.374)	(1.374)	(1,374)	(482)	(1,856)
Ajuste de participação em controlada (nota 17 b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,236	1,236
Aporte de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,236	1,236
Realização de reneração baseada em ações	-	-	(2,026)	-	2,026	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(178,000)	(178,000)	(178,000)	(61,608)	(239,608)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	85,146	85,146	85,146	19,298	204,444
Depreciação de ativos	-	-	-	-	-	-	4,257	(4,257)	(4,257)	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	(20,222)	(20,222)	(20,222)	(21,103)	(41,325)
Constituição reserva legal	-	-	-	-	-	-	60,667	(60,667)	-	-	-
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	127,232	(127,232)	(127,232)	505,982	2,780,234
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.569.625</b>	<b>(117.965)</b>	<b>23.137</b>	<b>(174.568)</b>	<b>(176.257)</b>	<b>23.048</b>	<b>127.232</b>	<b>(2.274.252)</b>	<b>505.982</b>	<b>61.613</b>	<b>2.833.656</b>
Aquisição de ações de acionistas não controladores (nota 17 b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(67,612)	-
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(775)	-
Aporte de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237	237
Realização de reneração baseada em ações	-	-	(1,008)	-	1,008	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	123,755	123,755	123,755	132,910	256,665
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição reserva legal	-	-	-	-	-	-	6,188	(6,188)	(6,188)	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	(29,392)	(29,392)	(29,392)	(26,386)	(55,778)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	88,175	(88,175)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.569.625</b>	<b>(117.965)</b>	<b>22.129</b>	<b>(242.718)</b>	<b>(175.249)</b>	<b>29.236</b>	<b>215.407</b>	<b>(2.300.465)</b>	<b>533.191</b>	<b>2.833.656</b>	

Notas Explicativas às demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A ANIMA HOLDINGS S.A., ("Anima" ou "Companhia"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na C3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em: a) Administração de Instituições de Ensino Superior ("IES"), demais instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação; b) Prestação de serviços de ensino superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, em especial de pós-graduação; c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na Internet, como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e programas de televisão; d) Prestação de serviços de consultoria na área de educação e inovação tecnológica. A Anima e suas controladas doravante serão referidas como "Grupo" para fins de identificação e consolidação das demonstrações financeiras, exceto se outra forma indicado em informação específica. As controladas, coligadas e controladas em conjunto da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa 2.4. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos de Val Adicionado e a apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa, de acordo com o relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS accounting standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consideram a Orientação Técnica OCP/7 e a Deliberação de adoção de política contábil para baixa de passivos líquidos, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores de custo histórico geralmente baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos na data de aquisição. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de março de 2026. 2.1.1. Demonstração de Fluxo de Caixa: A apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa segue a forma indicada em informação específica. A demonstração de fluxo de caixa é apresentada em forma integralizada e consolidada, e requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação complementar. 2.2. Adoção de novas normas e práticas contábeis: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes em 1º de janeiro de 2025. Efeitos das alterações nas taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: A alteração trata, principalmente, da determinação da taxa de câmbio a ser utilizada quando não houver possibilidade prática de conversão entre moedas, fornecendo orientações adicionais sobre a avaliação da conversibilidade cambial e sobre as divulgações requeridas nesses circunstâncias. • CPC 18 (IAS 2) Investimento em Imóvel, em Controlada e em Empendimento Controlado em Conjunto: A norma introduz esclarecimentos relacionados à aplicação do método de equivalência patrimonial, incluindo orientações adicionais sobre reconhecimento de perdas, transações entre investidor e investida e aspectos específicos de mensuração e divulgação. 2.3. Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas que não vigentes em 1º de janeiro de 2025, não foram aplicadas pelo Grupo. 2.4. Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026: • Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações nas divulgações): As alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 introduziram esclarecimentos sobre a baixa de passivos financeiros, reforçando que a baixa ocorre na data de liquidação e permite em determinadas circunstâncias a adoção de política contábil para baixa de passivos líquidos por sistemas eletrônicos antes dessa data. Também foram atualizadas as orientações sobre a avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG ou cláusulas não tradicionais, além de esclarecido o conceito de operações "sem direito de regresso" e de instrumentos contratualmente vinculados. As alterações ainda incluíram novas orientações de divulgação para instrumentos contábeis contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados pelo justo por meio de OCI. Essas mudanças não tiveram impacto material para o Grupo. • CBPS1/IFRS 15 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: A norma estabelece requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com foco na entidade no momento da divulgação, com o objetivo de aprimorar a transparência sobre o impacto das atividades, promovendo maior consistência, comparabilidade e utilidade das informações para os usuários. • CBPS2/IFRS 25 - Divulgações Relacionadas ao Clima: A norma define requisitos específicos para a divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades climáticas, incluindo governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas, alinhadas às recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures ("TCFD"), com o objetivo de aprimorar a transparência sobre o impacto dos riscos climáticos nas demonstrações financeiras. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não apresentou informações relacionadas a essas questões climáticas. Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027: • CPC 51 (Correspondente ao IFRS 18) - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis: A norma substitui a IAS 1 e estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado e do resultado abrangente incluindo totais e subtotais especificados. A norma também estabelece requisitos para a apresentação da demonstração de fluxo de caixa, incluindo o resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações de demonstrações contábeis, identificadas das demonstrações financeiras primárias (primarily financial statements - PFS) e das notas explicativas. • IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A norma permite que subsidiárias que não possuem responsabilidade pública adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo, contudo, os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS contábeis, com o objetivo de assegurar a comparabilidade e a consistência das demonstrações financeiras. A Administração acompanha continuamente a emissão de novas normas e interpretações pelo Comitê de Normas Contábeis (CNC), com o objetivo de aprimorar a transparência sobre o impacto das alterações nas práticas adotadas pelo Grupo. Os saldos de investimentos em controladas são apresentados utilizando o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, conforme descrito na nota explicativa 9. Os exercícios sociais e as práticas contábeis das controladas, coligadas e controladas em conjunto foram consolidados com os da Companhia em 31 de dezembro de 2025. O exercício de 2025 e 2024 a Companhia mantém as seguintes participações em controladas, controladas em conjunto, e coligadas:

Controladas (participação direta)	Participação (%)	
	31/12/2025	31/12/2024
Inspirali Educação S.A. (Inspirali)	74	74
VC Network Educação S.A. (VC Network)	45	45
Rede Educacional do Brasil Ltda. (Rede)	100	100
NS Educação Ltda. (NS Educação)	100	100
EMR Eu Médico Residente Ensino Ltda. (EMR)	100	100
<b>Controladas (participação indireta)</b>		
Brasil Educação S.A. (Brasil)	86	86
IDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. (IDUC)	86	86
Sociedade de Educação Superior Cultura Brasil S.A. (Sociess)	86	86
Instituto de Educação Cultura e Ensino Superior S.A. (Unimonte)	100	100
FACEB Educação Ltda. (FACEB)	100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. (Politécnico)	100	100
PGP Educação S.A. (PGP Educação)	86	86
Sociedade de Educação Ltda. (AGES Educação)	86	86
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. (Ages) (i)	86	74
Instituto de Educação Unicuritiba Ltda. (Unicuritiba)	100	100
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. (Faseh) (ii)	72	63
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. (UnifG) (iii)	86	47
Cesuo Educação Ltda. (CESU Edu) (iv)	100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda. (Catalana) (v)	100	100
Insegnare Educacional Ltda. (Insegnare)	86	86
HSM do Brasil S.A. (HSM Brasil)	100	100
Rede Sistemas Interativos Ltda. (Medroom)	74	74
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. (Sobepe) (v)	86	74
A25 Tecnologia para Educação Ltda. (A25)	100	100
Instituto Anima de Extensão Universitária Ltda. (Anima Extensão)	86	86
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. (Inovattus)	86	86
UNA Gestão Patrimonial S.A. (UNA GP)	100	100
VC Network Educação S.A. (VC Network)	41	41
AMC Serviços Educacionais Ltda. (AMC)	86	86
ISCP - Sociedade Educacional Ltda. (ISCP ou UAM)	86	86
Associação Paratiana de Educação e Cultura Ltda. (Aspec)	100	100
FACS Serviços Educacionais Ltda. (Unifacs)	86	86
Faculdade de Desenvolvimento Rio Grande do Sul Ltda. (Fadergs)	100	100
Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda. (UnifRitter)	100	100
Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. (IBMR)	100	100
Sociedade Potuguar de Educação e Cultura Ltda. (Unif ou Apec)	86	86
Sociedade Capibana de Educação e Cultura Ltda. (Socap)	100	100
Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS (Milton Campos)	100	100
SOBEPE Educação Ltda. (Sobepe Educação)	100	100
ICBMED Serviços de Educação S.A. (ICBMED)	100	100
CESS Educação Ltda. (CESS Educação)	74	74
Centro de Estudos em Pesquisa em Saúde e Bem estar Ltda. (MedPós)	100	100
CREFISO - Centro de Reabilitação e Condicionamento Físico Ltda. (Crefiso)	86	47
FG Farmácia e Drograria Ltda. (FG Farmácia)	86	47
Clínica Veterinária UnifG Ltda. (FG Veterinária)	86	47
EMR Eu Médico Residente Ensino Ltda. (EMR)	86	47
Instituto Inspirali de Saúde e Desenvolvimento Ltda.	86	86
<b>Controlada em conjunto (joint venture)</b>		
Le Cordon Bleu Anima Ltda. (LCB)	50	50
Vivae Educação Digital S.A. (Vivae) (vi)	50	50
Community Education e Marketing S.A (vii)	50	50
<b>Coligadas</b>		
Educa Itapevi	15	15
Singularity Education Group (Singularity)	4	4

Além das entidades acima, a Companhia é a única investidora do fundo Anima Venture, conforme detalhado na nota explicativa 10.2. A Companhia é a única investidora do fundo Anima Venture, conforme detalhado na nota explicativa 10.2. Em 1º de agosto de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da VC Network, operação de aumento de capital social no montante de R\$19.617, mediante subscrição de uma ação ordinária pela Inspirali. A integralização da ação ocorreu por meio de transferência de 19.279.054 ações da Sobepe, avaliadas com base em laudo de patrimônio líquido em

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivos Circulantes</b>				
Fornecedores	23	22.091	30.708	193.319
Contas a pagar com partes relacionadas	23	17.710	11.159	114.427
Adiantamentos a pagar	11	-	-	168
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	304.389	116.123	543.238
Obrigações sociais e salariais	14	57.133	54.158	174.848
Obrigações tributárias	6	5.295	4.585	48.392
Adiantamentos de clientes e bolsas a conceder	6	5.295	4.585	48.392
Parcelamento de impostos e contribuições	15	627	633	16.040
Contas a pagar por aquisições	15	-	-	29.707
Derivativos	24	17.417	1.658	17.417
Dividendos a pagar	23	29.786	20.701	56.177
Outros passivos circulantes	3	6.266	6.393	15.095
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>458.074</b>	<b>243.358</b>	<b>1.664.141</b>
<b>Passivos não Circulantes</b>				
Arrendamentos a pagar	11	-	-	1.064.789
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	2.054.455	1.854.958	4.175.350
Adiantamentos de clientes e bolsas a conceder	6	1.026	1.372	42.581
Parcelamento de impostos e contribuições	15	-	-	55.912
Contas a pagar por aquisições	15	-	-	55.912
Débitos com partes relacionadas	23	25.584	88.994	74
Derivativos	24	23.223	11.606	23.223
Outros passivos não circulantes	3	3.329	3.329	65.690
Provisão para perdas e contribuição social diferidos	9	7.141	32.812	7.141
Provisão para perdas em investimentos	16	2.266	520	596.960
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16	3.329	6.951	127.290
Outros passivos não circulantes	3	3.329	6.951	127.290
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>2.117.028</b>	<b>1.997.219</b>	<b>6.129.115</b>
<b>Total dos Passivos</b>		<b>2.575.098</b>	<b>2.240.577</b>	<b>7.340.056</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital social	17	2.451.660	2.451.660	2.451.660
Reserva de capital	22	22.129	23.137	23.137
Ajuste de avaliação patrimonial	24	(242.718)	(174.568)	(242.718)
Ações em tesouraria	(175.249)	(175.249)	(175.249)	(175.249)
Reservas de lucros	24	244.643	150.280	244.643
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>2.300.465</b>	<b>2.274.252</b>	<b>2.300.465</b>
Participação de acionistas não controladores	18	2.300.465	2.274.252	2.300.465
<b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b>		<b>4.875.563</b>	<b>4.514.823</b>	<b>10.173.712</b>

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 Valores expressos em milhares de reais - R\$ (exceto o lucro básico e diluído por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita líquida</b>				
Receita de produtos e serviços	19	12.225	10.483	4.041.376
Outras receitas	19	12.225	10.483	4.041.376
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	6/20	-	-	(183.432)
<b>Insumos Adquiridos por Terceiros</b>		<b>71.963</b>	<b>51.508</b>	<b>(183.432)</b>

► Continuação

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento (a)	106.293	104.579
Crédito boleto mensal	16.893	15.217
Faturamento antecipado de clientes	772	60
Projetos de pesquisa	1.367	1.231
<b>Total</b>	<b>125.241</b>	<b>121.087</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>108.336</b>	<b>105.392</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>16.905</b>	<b>15.695</b>

(a) Refere-se, principalmente, a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente e ao crédito dos alunos participantes do Pravelar, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravelar S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato de crédito é refinanciado entre o Pravelar S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravelar. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravelar realiza o repasse antecipado de parte substancial do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia. (b) Referem-se a (i) créditos dos vendedores da manutenção da Unisul, que podem utilizá-los mediante a concessão de bolsas de estudo ou pela comercialização de tais bolsas, conforme previsto no contrato de compra e venda, e (ii) bolsos do programa Predu (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages e Ages Educação, de forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos das Bolsas Predu são provenientes da conversão dos valores devidos de ISS e IPTU à Prefeitura de Paripiranga. **Julgamentos e Estimativas Contábeis: Perdas Estimadas:** A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada da IFRS 9/CPCC 48, que exige o reconhecimento das perdas esperadas ao longo da vida do ativo desde o reconhecimento inicial. Para tal, as contas são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas. A estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa é avaliada prospectivamente. A metodologia aplicada considera se houve uma mudança significativa do risco de crédito e utiliza como base as perdas históricas incorridas nos últimos três anos. As taxas históricas são ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que possam afetar a capacidade de liquidação dos recebíveis. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas analisam e ajustam as taxas históricas com base em outros fatores relevantes. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, em termos gerais, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo. **Política: Contas a Receber:** As contas a receber de clientes representam os valores que o Grupo tem a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal de suas atividades. Essas contas são mantidas para arrecadar fluxos de caixa contábilmente. Elas são inicialmente reconhecidas pela contraprestação a receber identificada nos respectivos contratos com clientes e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado (utilizando o método da taxa efetiva de juros), deduzidas das estimativas para perdas. Caso o prazo de recebimento seja igual ou inferior a um ano, as contas são classificadas no ativo circulante, caso o prazo seja superior a um ano, são apresentadas no ativo não circulante. Determinadas modalidades de recebíveis, como os financiamentos estudantis concedidos aos alunos, possuem prazos de realização superiores ao ciclo operacional normal. Para esses contratos, quando aplicável, o Grupo reconhece o ajuste a valor presente (AVP), utilizando como taxa de desconto uma taxa equivalente ao rendimento das aplicações financeiras referenciadas ao CDI. **Adiantamentos de Clientes:** Os adiantamentos de clientes e créditos bolsos correspondem a passivos contratuais reconhecidos quando o Grupo recebe contraprestação antes da transferência dos serviços educacionais e outros serviços complementares oferecidos pelo Grupo aos clientes. Esses valores são registrados no passivo circulante no momento do recebimento. A receita é reconhecida à medida que os objetivos do contrato são alcançados, o que ocorre ao longo dos contratos com clientes, sendo geralmente ao longo do prazo contratual. **7. Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e Diferidos: 7.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** Ativo – A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de imposto de renda (IRPJ) sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) sobre base negativa; entretanto, o registro contábil de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.931.788 (R\$ 1.662.943, em 31 de dezembro de 2024) não constituídos e, no consolidado, o montante é de R\$ 6.580.715 (R\$ 5.879.539, em 31 de dezembro de 2024), não sujeitos a prazo prescricional. Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Saldo Inicial	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Movimentação com tributo diferido	Saldo Final
31/12/2024	-	4.079	(4.079)	-
Imposto de renda	-	1.462	(1.462)	-
Contribuição social	-	5.541	(5.541)	-
<b>Total</b>	-	-	-	-
<b>Saldo Inicial</b>	-	-	-	-
31/12/2023	14.831	(3.049)	(11.782)	-
Imposto de renda	-	5.339	(1.098)	(4.241)
Contribuição social	-	20.170	(16.023)	-
<b>Total</b>	-	-	-	-

**Passivo -** Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos allocados em combinação de negócios, que deram origem a uma obrigação fiscal diferida que será realizada na eventual alienação do negócio ou na renúncia dos ativos contábilmente em 31 de dezembro de 2025, os tributos diferidos, ativos e passivos, estão apresentados pelo valor líquido, quando há direito legal e a intenção de compensação no momento da apuração dos tributos correntes, sendo, em geral, relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido consolidado. A movimentação dos saldos passivos, exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi como segue:

	Saldo Inicial	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Movimentação com tributo diferido	Saldo Final
31/12/2024	-	52.877	(52.877)	-
Imposto de renda	-	18.910	(18.910)	-
Contribuição social	-	71.737	(71.737)	-
<b>Total</b>	-	-	-	-
<b>Saldo Inicial</b>	-	-	-	-
31/12/2023	47.777	3.052	(64.974)	-

**7.2. Conciliação da taxa efetiva:** A conciliação entre a despesa de imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
31/12/2025	123.755	73.938
31/12/2024	34,00%	34,00%
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	123.755	73.938
Alíquota fiscal combinada	34,00%	34,00%
<b>Total</b>	<b>42.077</b>	<b>(25.139)</b>
31/12/2024	150.735	112.544
IRPJ e CSLL calculadas	150.735	112.544
Ajustes ao resultado:	-	-
Equivalência patrimonial	150.735	112.544
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	287.417
Créditos tributários não constituídos (b)	(91.381)	(93.725)
Amortização do ágio	-	74.783
Constituição de crédito REFIS (c)	-	11.208
CRAS edificações e equipamentos	(17.277)	5.320
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício	-	11.208
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	-	11.208
<b>Ativo</b>	<b>11.208</b>	<b>5.541</b>
<b>Passivo</b>	<b>11.208</b>	<b>5.541</b>
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	0,00%	-15,16%

(a) Refere-se ao benefício das isenções fiscais do Imposto de Renda e Contribuição Social, em cumprimento ao disposto pela legislação do PROUNI. Essa isenção refere-se somente ao lucro e à recálculo das atividades de ensino superior provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente mediante a assinatura digital de adesão junto ao MEC. (b) Tais créditos não constituídos resultam de referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros), prejuízo fiscal e base negativa sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista a não existência de expectativa de sua realização. (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aderiu ao programa de autorealização incentivada, com dispositivos previstos na Lei 12.740/2023 e na Instrução Normativa (IN) 2.168/2023, com possibilidade de liquidar 50% dos débitos inseridos no programa com utilização de créditos de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico, e os outros 50% em forma de adição de imposto de renda e CSLL diferidos sobre o lucro. Os débitos de origem inscritos no programa, os quais são amortizados por limitares e decisões judiciais, são acatadas pela Receita Federal e que estão em processo de homologação, totalizaram o montante de R\$ 32.048,9. Neste contexto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas constituíram créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, no montante de R\$ 16.023, (sendo R\$ 11.208 na controladora), que foram utilizados para compensar parte dos débitos de INSS inscritos no programa de autorealização incentivada. Do montante constituído na controladora, o valor de R\$ 8.860 foi transferido, às controladas que aderiram ao programa, por meio de instrumento de cessação onerosa de créditos. **Julgamentos e Estimativas Contábeis: Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis à medida em que diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é avaliada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações. O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O balanço de imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período em que for realizado o ativo ou líquido do passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente. **Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ICPC 22):** O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estar de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que estas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos. **Política:** As despesas de IR e CSLL do exercício são compostas pelos tributos correntes e diferidos. O reconhecimento desses tributos ocorre, em regra geral, na demonstração do resultado. Contudo, se o imposto estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, ele deve ser reconhecido na mesma rubrica. As Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que concede às IES privadas isenções tributárias federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos. **Correntes:** O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI. Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera receber ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

**8. Direitos a Receber por Aquisições:**

	31/12/2025	31/12/2024
Reembolsáveis por alienantes (a)	36.428	109.201
Ativos de indenização (b)	206.306	106.086
Empréstimos a terceiros (c)	6.385	8.993
<b>Total</b>	<b>249.119</b>	<b>224.280</b>
<b>Ativo Circulante</b>	-	-
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>249.119</b>	<b>224.280</b>

(a) Refere-se-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, ACAD, Ages, Ages Educação, Faceb, Fash, Unisulbrasil, APEG, Ieduc, Socioc, Milton Campos e IBMR provenientes de processos judiciais e arbitrais em relação ao PROUNI. Os valores são apresentados de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários. A redução do saldo em 31 de dezembro de 2025 decorre principalmente da compensação dos valores relacionados à aquisição da participação remanescente da UniFG. (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 16), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. A variação apresentada em 2025 decorre, principalmente, do reconhecimento do ativo de indenização relacionado ao processo tributário da UAM/ISCP, cujo risco foi reclassificado para provável no exercício. Conforme previsto contratualmente, tais valores serão reembolsados pelos antigos proprietários ou compensados com pagamentos de aluguéis devidos, quando aplicável. Parte relevante dos ativos de indenização permanece associada às aquisições da UAM e demais entidades do Grupo Laureate. Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 1,7% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários. **Políticas:** Os direitos a receber por aquisições decorrem de disposições estabelecidas nos instrumentos de compra e venda firmados no contexto de combinações de negócios. Reembolsáveis por alienantes: Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos proprietários das entidades de aquisição decorrentes de ajustes de preço, contingências ou outras obrigações previstas na transação. São reconhecidos como ativos financeiros e mensurados, quando aplicável, ao custo amortizado. **Ativos de indenização:** Correspondem a direitos de indenização assumidos pelos alienantes em relação a perdas, contingências ou passivos vinculados à aquisição. São reconhecidos de forma consistente com o item indenizado, inclusive quando à mensuração subsequente, observadas as condições estabelecidas na transação. **Empréstimos a terceiros:** Correspondem a valores concedidos a terceiros no contexto das aquisições. São classificados como ativos financeiros e mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, estando sujeitos ao reconhecimento de perdas esperadas. **9. Investimentos:** As principais informações financeiras das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

		31/12/2025				31/12/2024				
		Participação direta no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Demais participações (i)	Participação direta no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Demais participações (i)	Resultado do exercício
VC Network (ii)	45%	4.830.503	355.136	2.753.892	1.721.475	4.075.783	355.136	2.154.953	1.421.197	180.574
Inspirali Brasil	74%	4.075.783	180.574	174.565	435.218	1.809.970	180.574	1.421.197	435.218	16.997
Recife	100%	594.588	-	-	-	594.588	-	-	-	(43.895)
NS Educação	100%	435.218	-	-	-	435.218	-	-	-	420.023
Community (iii)	50%	27.395	15.395	1.000	11.000	27.395	15.395	1.000	11.000	(4.000)
LCB	50%	15.412	29.694	(7.141)	(7.141)	15.412	29.694	(7.141)	(7.141)	(2.927)
Gama Academy	100%	2.615	1.575	-	1.040	2.615	1.575	-	1.040	(1.686)
Vivave (iv)	50%	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.951)
Ánima Venture (iv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>4.086.793</b>	<b>4.086.793</b>	<b>4.086.793</b>	<b>4.086.793</b>	<b>4.086.793</b>	<b>4.086.793</b>	<b>4.086.793</b>	<b>4.086.793</b>	<b>443.339</b>

(i) Refere-se a participações em entidades controladas em conjunto e participação de acionistas não controladores. (ii) Refere-se a participação direta, de 45%, da Companhia no capital social da VC Network, referente às ações preferenciais que dão direito ao resultado líquido das operações não oriundas dos cursos de Medicina. (iii) Em 11 de junho de 2025, a Companhia investiu R\$ 15.000 na Community, passando a deter 50% do capital social (nota explicativa 2.4). (iv) Em novembro de 2025, a Companhia aportou sua participação na Vivave na ADA. Posteriormente, a participação recebida na ADA foi integralmente aportada no Fundo Ánima Venture (nota explicativa 2.4). O Ánima Venture é um fundo exclusivo de venture capital da Ánima, para investimentos em startups do ecossistema educacional, incluindo edtechs e empresas que desenvolvem soluções ágeis e transformacionais, com horizonte de 10 anos a partir da sua constituição. O Fundo foi criado sob a forma de condomínio de múltiplos por meio das instruções CVM nº 175 e CVM nº 579, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025 o portfólio do Fundo continua sete investidas. Os investimentos do fundo devem ser mensurados majoritariamente, ao valor justo, uma vez que se trata de entidade de investimento sem o objetivo de controle acionário. Seguem abaixo as controladas que possuem ou possuíam, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, participação de acionistas não controladores:

	Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido	(-) Resultado de acionistas não controladores	Resultado do exercício
UniFG (i)	100%	113.896	73.519	-	40.377	10.564	33.483
FASEH (ii)	84%	229.374	20.927	-	174.889	16.621	51.709
Inspirali Brasil	74%	4.075.783	2.154.953	-	1.421.197	105.525	300.227
					<b>533.191</b>	<b>132.910</b>	<b>-</b>

(i) Em 12 de setembro de 2025, a Insegnare, subsidiária da Inspirali, exerceu os direitos decorrentes de instrumento contratual de opção para aquisição dos 45% remanescentes do capital social da UniFG (nota explicativa 2.4). (ii) Em 14 de novembro de 2025, a Inovatus, subsidiária da Inspirali, adquiriu 10,741% adicionais do capital social da Faseh, por meio da compra de quotas detidas pelos acionistas não controladores (nota explicativa 2.4). **Movimentação dos saldos no exercício:**

	Saldo em 31/12/2024	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Amortização de ações (i)	Ajuste de Avaliação Patrimonial (ii)	Mudança de participação (iii)	Movimentação societária (iv)	Redução de Capital (v)	Saldo em 31/12/2025
Inspirali Brasil	1.238.162	-	300.227	(775)	(75.053)	(70.680)	(41.601)	237	-	-	1.421.197
VC Network	4.744.744	45.947	180.574	-	(107.152)	-	(26.011)	-	-	-	4.830.503
Recife	43.895	-	(43.895)	-	-	-	-	-	-	-	-
NS Educação	453.501	22.510	16.997	-	(35.219)	-	-	-	-	(22.575)	435.214
Gama Academy	-	1.040	-	-	-	-	-	-	-	-	1.040
Vivave	5.189	7.618	(1.951)	-	-	-	-	-	(10.856)	-	49.813
Ánima Venture	15.651	15.000	(4.000)	-	-	-	-	-	25.812	-	49.813
Community	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.000
Ágio	34.172	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.172
<b>Total</b>	<b>3.909.390</b>	<b>100.465</b>	<b>447.952</b>	<b>(775)</b>	<b>(217.424)</b>	<b>(70.680)</b>	<b>(67.612)</b>	<b>237</b>	<b>14.956</b>	<b>(22.575)</b>	<b>4.083.934</b>

	Saldo em 31/12/2023	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Amortização de ações (i)	Aquisição	Mudança de participação (iii)	Redução de Capital	Saldo em 31/12/2024
Inspirali Brasil	1.204.721	-	239.988	(1.374)	(189.390)	-	-	(15.783)	-	1.238.162
VC Network	1.809.970	121.180	108.172	-	(17.741)	(173.398)	-	-	-	1.744.744
Recife	316.523	-	(316.523)	-	-	-	-	-	-	417.971
NS Educação	479.500	22.541	16.218	-	-	-	-	(60.008)	-	453.501
Vivave	13.117	-	(7.928)	-	-	-	-	-	-	5.189
Ánima Venture	11.601	4.050	-	-	-	-	-	-	-	15.651
Ágio	34.172	-	-	-	-	-	-	-	-	34.172
<b>Total</b>	<b>3.863.854</b>	<b>147.780</b>	<b>337.709</b>	<b>(1.374)</b>	<b>(189.390)</b>	<b>(173.398)</b>	-	<b>(15.783)</b>	<b>(60.008)</b>	<b>3.909.390</b>

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovados, em assembleias gerais extraordinárias da controlada VC Network, a utilização de reservas para amortização parcial de 943,353 ações preferenciais da VC Network, no valor de R\$ 70.680 (2.275.241 ações preferenciais da VC Network, no valor de R\$ 73.398 em 31 de dezembro de 2024). A amortização das ações representa a preferência, pela VC Network, do saldo positivo de caixa gerado pelas operações não relacionadas à medicina que são atribuídas às ações preferenciais detidas pela Ánima. As amortizações ocorreram sem redução do capital social da controlada. As ações amortizadas foram substituídas por ações de fruição que persistirão com os mesmos direitos conferidos às ações preferenciais não amortizadas, inclusive ao que tange ao direito a dividendos. Adicionalmente, em 11 de março de 2025 foi estabelecida a recomposição de caixa da VC Network pela Ánima no montante de R\$ 47.579. (ii) Valores referem-se aos reflexos da aquisição da participação remanescente de 45% da participação da UniFG e da aquisição adicional de 14,741% de participação detida pelos acionistas não controladores da Faseh (nota explicativa 2.4). (iii) Efeitos decorrentes da redução da participação da Companhia no capital social da Inspirali Brasil. (iv) Efeitos decorrentes da redução do capital social em conjunto com a classificação como operações de remuneração baseadas em ações; e (b) em 2024, principalmente do ajuste da dívida líquida previsto no acordo firmado com o Fundo Genoma VIII, somado a aportes adicionais de pessoas físicas. (iv) Efeito decorrente da transação envolvendo a Vivave, ADA e Ánima Venture, reconhecida a valor justo e que resultou em ganho registrado no exercício, conforme descrito na nota Explicativa 2.4. (v) A redução de capital da UniFG, no valor de R\$ 22.575, ocorreu mediante devolução de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) anteriormente recebido, não gerando efeitos no resultado e sem alteração nos ativos consolidados do Grupo. Os saldos de investimento consolidados são compostos pelos investimentos do Ánima Venture, além das investidas LCB, Community, Educa Itapevi e Singularity. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações de Singularity apresentando efeito de variação cambial negativo de R\$ 1.363 (R\$ 2.684 em 31 de dezembro de 2024). **Políticas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint

» Continuação

Intangíveis em combinações de negócios	Saldo líquido em 31/12/2024		Consolidado				Saldo líquido em 31/12/2025
	Adições	Baixas	Reclassificações/ Transferências (I)	Amortização	Combinação de negócios (II)	Impairment	
Carteira de clientes	1.384.611	-	-	(19.502)	-	-	1.365.109
Acordo de Não competição	21	-	-	(21)	-	-	-
Polos EAD	119.343	-	-	-	-	-	119.343
Tecnologia	13.114	-	-	(4.107)	1.226	-	10.233
<b>Subtotal</b>	<b>5.353.722</b>	-	-	<b>(70.553)</b>	<b>510</b>	-	<b>5.283.679</b>
Softwares	155.904	74.002	(114)	689	(59.229)	-	171.252
Desenvolvimento de conteúdos digitais	43.567	23.962	-	19.992	(32.626)	-	54.878
Crescimento MEC	5.015	2.801	(7)	230	(3.245)	-	4.779
Intangível em desenvolvimento	6.403	21.156	-	(20.322)	-	-	7.237
Direitos Autorais	2.390	1.257	-	(1.535)	-	-	2.112
<b>Subtotal</b>	<b>213.272</b>	<b>123.178</b>	<b>(121)</b>	<b>579</b>	<b>(96.635)</b>	-	<b>240.273</b>
<b>Total do Intangível</b>	<b>5.566.994</b>	<b>123.178</b>	<b>(121)</b>	<b>579</b>	<b>(167.188)</b>	-	<b>5.523.992</b>

Intangíveis em combinações de negócios	Saldo líquido em 31/12/2023		Consolidado				Saldo líquido em 31/12/2024
	Adições	Baixas	Reclassificações/ Transferências	Amortização	Combinação de negócios (II)	Impairment	
Agio	3.235.253	-	-	-	28.745	(516)	3.263.482
Carteira de clientes	507.163	-	-	(18.756)	22.345	-	510.752
Acordo de Não competição	1.384.611	-	-	-	-	-	1.384.611
Polos EAD	152.430	-	-	(90.331)	-	-	62.399
Polos EAD	246	-	-	(225)	-	-	21
Polos EAD	119.343	-	-	-	-	-	119.343
Tecnologia	3.239	-	-	(1.690)	11.565	-	13.114
<b>Subtotal</b>	<b>5.402.285</b>	-	-	<b>(110.702)</b>	<b>62.655</b>	<b>(516)</b>	<b>5.353.722</b>
Softwares	152.955	51.870	(1.387)	5.366	(55.903)	3.003	155.904
Desenvolvimento de conteúdo EAD	55.332	17.561	(81)	8.891	(38.599)	456	43.567
Crescimento MEC	5.178	2.946	-	173	(3.282)	-	5.015
Cessão de Usuário/How	43	-	-	-	(43)	-	-
Intangível em desenvolvimento	5.240	15.833	(240)	(14.430)	-	-	6.403
Direitos Autorais	3.190	327	-	(1.458)	331	-	2.390
<b>Subtotal</b>	<b>221.938</b>	<b>88.537</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(99.285)</b>	<b>3.790</b>	-	<b>213.272</b>
<b>Total do Intangível</b>	<b>5.624.223</b>	<b>88.537</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(209.987)</b>	<b>66.445</b>	<b>(516)</b>	<b>5.566.994</b>

O saldo líquido de R\$ 579 se refere à reclassificação de saldo anteriormente registrado no ativo imobilizado para o ativo intangível (nota explicativa 10). (ii) Os valores referem-se à alocação do preço de compra da EMR, adquirida em 2 de dezembro de 2024. Em 2025, a alocação foi realizada dentro do período de mensuração, com base em informações obtidas após a data da aquisição. 12.1. Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa: Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

Intangíveis amortizáveis	Carteira de clientes		Marcas		Tecnologia		Licença		Polos EAD		Agio		Total geral
	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	
IEDUC	19.504	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.114	-	57.618
Sociesc	-	-	-	-	-	-	3.787	-	-	-	-	-	65.818
FACEB	-	-	-	-	-	-	7.255	-	-	-	-	-	28.721
Político	-	-	-	-	-	-	1.780	-	-	-	-	-	18.668
Agês e Vidam	-	-	-	-	-	-	37.609	-	-	-	-	-	210.592
Unicurrilba	-	-	-	-	-	-	23.858	-	-	-	-	-	107.551
FASEH	-	-	-	-	-	-	33.602	-	-	-	-	-	150.841
UnifG	-	-	-	-	-	-	19.920	-	-	-	-	-	63.471
Cesuc e Catalana	-	-	-	-	-	-	6.430	-	-	-	-	-	21.290
Medroom	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.234
USJT	-	-	-	-	-	-	54.600	-	-	-	-	-	174.445
ISCP	7.476	-	-	-	-	-	423.610	21.824	1.048.795	-	-	-	1.629.158
UNIFACS	-	-	-	-	-	-	298.826	24.138	577.024	969.828	-	-	1.557.678
FADERGS	6.558	-	-	-	-	-	24.702	12.377	46.814	93.810	-	-	173.988
Uniritter	-	-	-	-	-	-	67.585	12.065	33.812	117.239	-	-	242.127
IBMR	-	-	-	-	-	-	62.364	15.089	150.318	499.263	-	-	786.986
ATCC	-	-	-	-	-	-	10.311	191.332	18.034	29.786	-	-	212.127
SOCEC	-	-	-	-	-	-	3.252	-	44.798	51.805	-	-	99.000
Milton Campos	-	-	-	-	-	-	6.712	-	37.669	44.581	-	-	82.962
IBCMED	-	-	-	-	-	-	396	-	4.590	4.986	-	-	5.381
MedPós	-	-	-	-	-	-	-	-	2.678	4.414	-	-	7.092
FACEB	-	-	-	-	-	-	1.736	-	3.999	5.732	-	-	11.467
Jançada	-	-	-	-	-	-	3.191	-	3.899	7.090	-	-	14.180
Unisel	-	-	-	-	-	-	96.896	7.000	163.624	313.008	-	-	595.529
EMR	-	-	-	-	-	-	21.600	10.233	27.756	59.589	-	-	109.399
HSM Brasil	-	-	-	-	-	-	17.341	-	-	17.341	-	-	34.682
Outras	-	-	-	-	-	-	2.241	-	-	2.241	-	-	4.482
<b>Total</b>	<b>15.748</b>	<b>491.250</b>	<b>10.233</b>	<b>1.384.611</b>	<b>119.343</b>	<b>3.262.494</b>	<b>5.283.679</b>						<b>5.283.679</b>

12.2. Cronograma de amortização: Como informação suplementar, a tabela a seguir apresenta o cronograma de amortização futura dos ativos intangíveis reconhecidos em combinações de negócios:

Categoria	Consolidado				
	Saldo líquido em 31/12/2025	Amortização em 2026	Amortização em 2027	Amortização em 2028	Amortização após 2028
Agio	491.250	20.017	20.017	20.017	431.199
Carteira de clientes	15.748	15.748	-	-	-
Tecnologia	10.233	2.558	2.558	2.558	2.559
<b>Total amortizável</b>	<b>517.231</b>	<b>38.323</b>	<b>22.575</b>	<b>22.575</b>	<b>433.758</b>

12.3. Teste ao valor recuperável de ativos (Impairment): Os ativos não amortizáveis relativos ao agio, polos EAD e as licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste anual de redução ao valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGCs, confrontamos nossas projeções com os dados operacionais e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGCs, não houve a necessidade de reconhecimento de perda por impairment. 12.3.1. Marcas: O valor recuperável do ativo marca HSM foi estimado pela abordagem do valor em uso, utilizando a metodologia dos royalties evitados (Relief from royalties), a qual tem como premissa que uma empresa seria obrigada a pagar ao detentor do ativo intangível marca um "aluguel" pelo seu uso. A partir do momento que a empresa adquire o ativo, não necessita mais pagar pelo seu uso, daí a economia gerada. As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso da marca da HSM foram:

Premissas	Marca HSM	
	11/7/2025	11/7/2026
Taxa de desconto ao ano	11,70%	11,70%
Período de projeção (vida útil estimada)	24 anos	24 anos
Crescimento nominal médio da receita ao ano	3,54%	3,54%
Taxa de royalties sobre receita líquida	5,78%	5,78%
Carrying amount	23.309	23.309
<b>Total</b>	<b>517.231</b>	<b>38.323</b>

12.3.2. Demais ativos: Para estimar o valor recuperável das UGCs utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2026, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considerará uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo. As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGCs participantes do PROUNI foram:

Premissas	UGC's Ensino	
	13/9/2025	13/9/2026
Taxa de desconto ao ano	13,97%	13,97%
Período de projeção	5 anos	5 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,16%	3,16%
Crescimento médio da receita ao ano	3,19%	3,19%
Crescimento médio dos gastos ao ano	3,50%	3,50%
Carrying amount (valor testado)	5.840.917	5.840.917
<b>Total</b>	<b>11.707</b>	<b>11.707</b>

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGCs que não ofertam graduação foram:

Premissas	Outras UGC's	
	11/7/2025	11/7/2026
Taxa de desconto ao ano	11,70%	11,70%
Período de projeção	5 anos	5 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	10,12%	10,12%
Crescimento médio dos gastos ao ano	9,08%	9,08%
Carrying amount (valor testado)	193.320	193.320
<b>Total</b>	<b>1.020</b>	<b>1.020</b>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGCs a necessidade de ajuste ao valor recuperável. **Julgamentos e Estimativas Contábeis:** Impairment: Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o agio, licença de polos EAD, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do agio são realizadas anualmente ou com maior frequência se se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível redução em seu valor recuperável. A recuperabilidade desses ativos é avaliada anualmente com base em julgamentos críticos da administração, que envolvem projeções de fluxos de caixa descontados. Essas projeções são subjetivas e dependem de eventos econômicos futuros que podem divergir das expectativas. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o agio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o agio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o agio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. O impairment de agio, reconhecido no resultado do exercício, não é revertido. **Políticas: Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Ativos com vida útil definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada. Já os ativos com vida útil indefinida, como as licenças, polos EAD e agio, não são amortizados e são submetidos ao teste de recuperabilidade ao menos anualmente. Intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos separadamente do agio, pelo valor justo na data da aquisição. O agio representa o excesso da contraprestação transferida, da participação de não controladores e da participação prévia, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. As licenças adquiridas se referem aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. São consideradas de vida útil indefinida, pois a perda de tais direitos é considerada remota. A amortização dos demais intangíveis segue o método linear, conforme tabela de vidas úteis aplicáveis.

Marcas e patentes	Vida útil estimada (anos)	
	30	4,5 - 5
Carteira de clientes	4,5 - 5	8
Acordo de não competição	5	5
Tecnologia	3	3
Software	3	3
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3	3
Crescimento MEC	3	3
Custos de desenvolvimento são capitalizados como ativos intangíveis apenas quando atendem simultaneamente aos seguintes critérios: • Viabilidade técnica de conclusão; • Intenção e capacidade de uso; • Geração de benefícios econômicos futuros; • Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros; e • Mensuração confiável dos custos incorridos. Custos capitalizados incluem mão de obra direta e alocação proporcional de despesas gerais. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesa quando incorridos.		

13. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:

Contrato	Valor captado	Indexador	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores financeiros (covenants)	Controladora e Consolidado	
								31/12/2025	31/12/2024
<b>Controladora</b>									
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1	600.000	CDI	1,65%	28/12/2022	13/12/2027	Juros mensais e principal em dezembro de 2027	Medidos semestralmente a partir de dez/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma => 3,0 (até mar/24 =< 3,5) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	595.524	594.616
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 2	200.000	IPCA	8,05%	28/12/2022	13/12/2029	Juros mensais e principal em dezembro de 2028 e 2029	Medidos semestralmente a partir de dez/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma => 3,0 (até jun/24 =< 3,5) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	206.319	187.869
Debêntures Ânima 5ª emissão - série única	200.000	CDI	1,92%	22/05/2024	15/05/2029	Juros semestrais e principal anualmente a partir de maio de 2026.	Medidos semestralmente a partir de dez/24: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 (até jun/24 =< 3,5) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	203.421	202.494
Debêntures Ânima 6ª emissão - série única	360.000	CDI	1,92%	20/08/2024	16/08/2029	Juros semestrais e principal anualmente a partir de fevereiro de 2026.	Medidos semestralmente a partir de jun/25: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 (até jun/25 =< 3,5) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	381.031	375.130
Debêntures Ânima 7ª emissão - série única (a)	150.000	CDI	1,60%	21/05/2025	15/05/2029	Juros semestrais e principal em 2 parcelas (maio 2026 e maio 2029).	Medidos semestralmente a partir de dez/25: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 (até jun/25 =< 3,5) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	151.471	-
Debêntures Ânima 8ª emissão - série única (b)	300.000	CDI	1,50%	15/10/2025	15/10/2029	Juros trimestrais a partir de dezembro de 2024 e principal trimestralmente a partir de dezembro de 2025.	Medidos semestralmente a partir de dez/25: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 (até jun/25 =< 3,5) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	303.658	-
Banco ABC 3	140.000	CDI	1,75%	30/09/2024	27/09/2027	Juros semestrais a partir de março de 2025 e principal semestral a partir de março de 2027	Medidos semestralmente a partir de dez/24: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 (até jun/24 =< 3,5) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	121.818	138.894
Banco do Brasil - Capital de Giro 1	100.000	CDI	1,65%	28/06/2023	25/09/2029	Juros semestrais a partir de março de 2025 e principal semestral a partir de março de 2027	Medidos anualmente: Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	90.593	89.004
Banco do Brasil - Capital de Giro 2	100.000								



► **Continuação**  
relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota	31/12/2025		Controladora 31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	2.403.252	2.358.844	2.161.158	1.971.081
Derivativos	24.1	40.640	40.640	13.264	13.264
<b>Total</b>		<b>2.443.892</b>	<b>2.399.484</b>	<b>2.174.422</b>	<b>1.984.345</b>
		<b>Consolidado</b>			
	Nota	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	4.570.969	4.520.588	4.190.319	4.121.066
Arendamentos a pagar	11	1.175.863	1.175.863	1.188.726	1.188.726
Contas a pagar por aquisições	15	108.574	85.619	122.714	93.879
Derivativos	24.1	40.640	40.640	13.264	13.264
<b>Total</b>		<b>5.896.046</b>	<b>5.822.710</b>	<b>5.515.023</b>	<b>5.418.935</b>

(b) **Hierarquia do Valor Justo** A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é classificada de acordo com a hierarquia definida pelo CPC 46, que reflete o grau de observância dos dados utilizados nas técnicas de avaliação: Nível 1: valores determinados com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, aos quais a Companhia tem acesso na data de mensuração; Nível 2: valores determinados com base em informações de mercado observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1, incluindo, entre outros, preços de ativos ou passivos similares, taxas de juros, curvas de rendimento, spreads de crédito e volatilidades; Nível 3: valores determinados com base em inputs não observáveis, utilizados quando não existem informações de mercado disponíveis, refletindo as premissas que participantes do mercado utilizariam na precificação do ativo ou passivo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos, em seu reconhecimento, e para os empréstimos, financiamentos, títulos a pagar, para a pagar, para divulgação. **Políticas:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados a valor justo. Quando não classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluem-se também os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. Os custos de transação relacionados a ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos diretamente no resultado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, momento em que o Grupo assume o compromisso de comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos de receber fluxos de caixa ou quando são transferidos, desde que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados à sua propriedade. O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Mensurados ao custo amortizado. (f) Ativos financeiros ao custo amortizado Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos. (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem. Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (iii) Ativos financeiros sob avaliação, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas nos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos, financiamento e debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos. O Grupo classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait*, etc.) com fornecedores em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial de natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com o fornecedor fizer com que o capital de giro usado no ciclo operacional formal do Grupo seja financiado por fornecedores em troca de pagar, em termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial individual e consolidado são incluídos nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado. **Mensuração subsequente** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **25. Análise de Sensibilidade:** Segue o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados): Selic – 15% (divulgada pelo Banco Central), CDI – 14,90% (divulgada pela CETIP), INPC – 3,90%, IPCA – 4,26%, IGPM – , 1,04% (divulgados pelo IBGE), TJLP – 8,66% (divulgada pela IDG) e TR – 1,97% (divulgada pelo BACEN), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente,

dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerado, respectivamente.

	Indexador	Risco	Valor	Controladora 31/12/2025		
				Cenário 1 Provável (73.45.4)	Cenário 2 Possível (25%) (91.818)	Cenário 3 Remoto (50%) (110.181)
Aplicações financeiras (empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional e estrangeira)	CDI	Alta do CDI	4.499.618	670.443	838.054	1.005.665
Derivativos	CDI	Alta do CDI	40.640	6.055	7.569	9.083
<b>Exposição líquida - perda</b>			<b>1.885.789</b>	<b>280.983</b>	<b>351.229</b>	<b>421.475</b>
				<b>Consolidado</b>		
				<b>31/12/2025</b>	<b>Cenário 2 Possível (25%) (312.631)</b>	<b>Cenário 3 Remoto (50%) (375.158)</b>

	Indexador	Risco	Valor	Controladora 31/12/2025		
				Cenário 1 Provável (250.105)	Cenário 2 Possível (25%) (312.631)	Cenário 3 Remoto (50%) (375.158)
Aplicações financeiras (empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional e estrangeira)	CDI	Alta do CDI	4.499.618	670.443	838.054	1.005.665
Derivativos	CDI	Alta do CDI	40.640	6.055	7.569	9.083
Contas a pagar por aquisições INPC/IGPM/JP	Média					
Contas a pagar por aquisições	Alta da média	4.139	98	123	147	
Contas a pagar por aquisições	INPC	Alta do INPC	40.911	1.595	1.994	2.393
Contas a pagar por aquisições	CDI	Alta do CDI	8.875	1.322	1.653	1.983
Contas a pagar por aquisições	IGPM	Alta do IGPM	1.452	(15)	(19)	(23)
Outros passivos - Bolsas PROIES a conceder	Selic	Alta da Selic	128.959	19.344	24.180	29.016
<b>Exposição líquida - perda</b>			<b>3.046.036</b>	<b>448.737</b>	<b>560.923</b>	<b>673.106</b>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos menos aplicações do que empréstimos e contas a pagar por aquisições. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas. **26. Cobertura de Seguros:** É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves. **27. Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Principais Transações que não Afetaram o Caixa:** As principais movimentações, da controladora e do consolidado, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas a seguir. Ressaltamos que não são apresentadas todas as transações sem efeito caixa, mas apenas aquelas consideradas relevantes, com base nos seguintes critérios: • Transações fora da rotina operacional regular; e/ou; • Transações não divulgadas nas demais notas explicativas. Tais critérios visam garantir clareza e evitar duplicidade de informações, mantendo o foco nas operações que, embora não tenham impacto imediato no fluxo de caixa, representam eventos significativos para a compreensão das demonstrações financeiras.

	31/12/2025	Controladora 31/12/2024	31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	775	1.374	1.047	1.857
Realização da remuneração baseada em ações	1.008	2.026	1.008	2.026
Reflexo alteração % participação na Inspiral	-	15.783	-	15.783
Compensação Mútuo Ânima X Gama	-	-	-	25.651
Compensação múltiplos x valores a receber de vendedores	-	-	-	14.325
Compensação devidos X adiantamento para futuro aumento de capital	22.576	-	-	-
Compensação mútuos X devidos a receber	38.591	-	-	-
Compensação UNIFG (j)	-	-	84.156	-

(j) O valor refere-se à compensação da contraprestação pela aquisição da participação remanescente da UNIFG, realizada por meio da concessão de bolsas de estudo e outorgação de créditos de curso de graduação em Direito de Educação Superior de Guanambi (CESG) junto aos seus vendedores. Esses créditos estavam registrados como direitos a receber e foram baixados na data da conclusão da referida aquisição (nota explicativa 2.4). **28. Eventos Subsequentes:** 28.1. **Compra de participação minoritária - Faseh:** Em 24 de fevereiro de 2026 foi celebrado o contrato de compra e venda de participação societária, onde houve a aquisição de 10.521 quotas do capital social da Faseh no montante aproximado de R\$ 45.321. A Inovattus aumentou sua participação societária na Faseh, passando de 83,90% para 94,42%. A operação é caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Companhia já detinha o controle da Faseh por meio da Inovattus. A Faseh permanece sendo integralmente consolidada nas demonstrações financeiras da Ânima.

#### Parceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

**Marcelo Battistella Bueno** Diretor Presidente  
**Atília Simões da Cunha** Diretor Financeiro

#### Parceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia declaram que viraram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores Independentes.

**Responsável Técnico**  
**Mary Afonso Mousinho**  
Contadora - CRC/MG 088.391/O-8

#### PARERE DO CONSELHO FISCAL

Geral de Acionistas. Registram, por fim, que a proposta de destinação do resultado do exercício e o orçamento de capital não haviam sido submetidos ao Conselho Fiscal até a data deste parecer, motivo pelo qual o Conselho Fiscal se manifestará oportunamente sobre tais matérias, quando de sua apresentação formal pela Administração. São Paulo, 12 de março de 2026.

**Carla Alessandra Trematore - Presidente** **Paolo Raquel Wille Sarquis - Conselheira** **Orestes Fontana Romeiro - Conselheiro**

#### COMITÊ DE AUDITORIA, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS DA ANIMA HOLDING S.A.

**Relatório Anual 2025: 1. Apresentação:** O presente documento tem o objetivo de apresentar os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Anima Holding S.A. (“Empresa”) durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **2. Sobre o Comitê:** O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos (“Comitê” ou “Comitê de Auditoria”) foi constituído em 17 de julho de 2019 como um órgão não estatutário, de caráter permanente, dotado de autonomia operacional e orçamentária, cuja função primordial é oferecer assessoria ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria não detém autonomia decisória, exceto em situações em que haja delegação expressa pelo Conselho de Administração ou que estejam incluídas entre os requisitos do Estatuto Social. O Regimento Interno do Comitê de Auditoria estabelece as diretrizes de funcionamento do Comitê, bem como detalhes adicionais sobre suas atribuições listadas no Estatuto Social da Empresa. Compete ao Comitê de Auditoria as seguintes responsabilidades: (i) Analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê; (ii) Analisar e emitir recomendações sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotada pela Companhia, sua adequação e eficácia, propondo eventuais alterações necessárias ao Conselho de Administração; (iii) Analisar e emitir recomendações acerca da adoção de melhores práticas de governança corporativa, bem como acompanhar o processo de implementação e manutenção das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia; (iv) Analisar e emitir recomendações sobre o Estatuto Social, as políticas institucionais, a estrutura, regulamentos e funcionamento dos Comitês de Assessoramento do Conselho, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia; (v) Acompanhar a contínua aderência da Companhia, conforme aplicável, à legislação de direito societário, de mercado de capitais e regulatória dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários, bem como as melhores práticas de governança corporativa, com o apoio da Diretoria Jurídica e áreas de Governança Corporativa da Companhia; (vi) Analisar e emitir recomendações sobre a adequação das transações entre partes relacionadas, no âmbito da Política de Transações e Partes Relacionadas e Demais Situações Especializadas de Conflito de Interesse (“Política de Transações com Partes Relacionadas”), fazer recomendações de alterações e atualizações dessa Política, se necessário; (vii) Analisar e acompanhar o cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas e, em caso de violação ao disposto nessa Política, recomendar ao Conselho de Administração a adoção das providências cabíveis; (viii) Avaliar e monitorar as políticas, procedimentos e sistemas de Gerenciamento de Riscos da Companhia e recomendar melhorias e adequações necessárias; (ix) Avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia (Compliance); (x) Supervisionar atividades de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e proposição de medidas corretivas relativas às eventuais infrações ao código de conduta e aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia; (xi) Garantir o funcionamento e idoneidade do canal de denúncias em todos os níveis e para todos os públicos da organização, assim como supervisionar a apuração e resolução adequada de todos os casos de desvios comprovados, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confiabilidade da informação; (xii) Recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição dos serviços de auditoria independente; (xiii) Supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos; (xiv) Conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela auditoria independente e pela auditoria interna; (xv) Analisar e avaliar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias, demonstrações financeiras consolidadas e quaisquer outros relatórios e documentos contábeis elaborados para atender as regras legais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (xvi) Acompanhar as questões legais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outras contingências que possam ter impacto nas demonstrações financeiras, em conjunto com a área jurídica; (xvii) Opiniar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos manteve sua composição de três membros independentes, todos sujeitos a processos de deversos e responsabilidades que os administradores da Empresa, nos termos do art. 160 da Lei nº 6.404/76. A composição atual do comitê envolve os seguintes membros: • Coordenador: **Edgar Jabbour** (especialista contábil e financeiro); • Conselheiro independente: **Eduardo Alvarenga**; • Conselheira: **Roberta Anchieta** até 21/05/2025; • Conselheira: **Marina Gelman** a partir de 22/05/2025; • Secretário: **João Rezende** até 09/02/2026; • Secretário: **Mayco**

**Santos** a partir de 10/02/2026. **3. Atividades desenvolvidas em 2025:** Em 2025, o Comitê realizou 20 reuniões previstas em seu calendário anual, sendo que 4 delas realizadas de forma conjunta com o Conselho Fiscal da Empresa. O Comitê de Auditoria reporta suas atividades por meio de relatos apresentados pelo coordenador do Comitê em todas as reuniões ordinárias do Conselho de Administração que envolvem a avaliação da adequação das demonstrações financeiras intermediárias (ITR’s) e anuais, ocasião em que são prestados esclarecimentos e oferecidas as recomendações para a revisão e aprovação do Conselho quanto aos assuntos de sua competência conforme o regimento específico. As principais atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no período seguem abaixo: **a. Governança:** O Comitê de Auditoria revisou e recomendou a aprovação de políticas internas e de documentos legais e regulatórios da Empresa destinados ao atendimento de obrigações de conformidade. A título de exemplo, o Comitê de Auditoria apoiou o processo de elaboração do Formulário de Referência e Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa da Empresa. **b. Auditoria Interna:** O Comitê recomendou ao Conselho de Administração a aprovação do Plano Anual de auditoria interna e monitorou sua execução a partir dos relatórios periódicos encaminhados, sugerindo e aprovando adequações ao Plano e à estrutura da área, a fim de otimizar e dar mais eficácia aos trabalhos da Auditoria Interna sempre que necessário. O Comitê avaliou e discutiu os resultados e conclusões dos relatórios e atividades realizadas, em alguns casos com as respectivas áreas envolvidas, e os reportou ao Conselho de Administração. **c. Auditoria Externa:** O Comitê de Auditoria se reuniu 4 vezes com os auditores externos (EY) a fim de se informar sobre: a) o plano anual de trabalho e as principais áreas de riscos, b) os trabalhos relacionados ao ambiente de controles internos, c) os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras trimestrais e anual, e d) avaliar a qualidade dos serviços prestados, e e) assegurar sua independência no exercício de suas funções. Os resultados dos trabalhos realizados pelos auditores externos foram formalizados em seus relatórios periódicos sobre as demonstrações financeiras trimestrais e anual, com os respectivos ajustes e recomendações de melhorias, tendo sido examinadas pelo Comitê em conjunto com o Conselho Fiscal da Empresa. **d. Relatórios Financeiros:** Uma das principais responsabilidades do Comitê de Auditoria é avaliar a qualidade das demonstrações financeiras da Empresa, observando os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, bem como os padrões contábeis internacionalmente reconhecidos. Ao longo do ano, todas as reuniões incluíram a apresentação e discussão de temas relacionados ao desempenho da Empresa e ao registro adequado nas demonstrações financeiras, incluindo reuniões específicas com os responsáveis por sua preparação. **e. Riscos e Controles Internos:** Os assuntos associados às áreas de Riscos Corporativos e Controles Internos da Companhia estiveram em pauta em diversas reuniões regulares do Comitê de Auditoria ao longo do ano, durante as quais os riscos críticos da Organização foram revisados e discutidos. Além disso, foram discutidas e encaminhadas as recomendações emitidas pelo auditor externo que envolvem o ambiente de controle interno da Companhia. **f. Conformidade:** Durante o monitoramento da eficácia dos processos de Conformidade, o Comitê de Auditoria abordou tópicos relacionados à área em diversas reuniões regulares do ano, concentrando-se principalmente (i) no acompanhamento da evolução e atualização do programa de Ética e Integridade da Empresa (ii) na revisão de políticas globais, incluindo a política de compliance, conflito de interesses e partes relacionadas (iii) no acompanhamento das atividades do canal de denúncias, principais indicadores relacionados às denúncias registradas, bem como a aplicação de consequências, quando necessário. **4. Parecer do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras Anuais:** Os membros do Comitê de Auditoria da Anima Holding S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam à revisão e análise das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o relatório da Administração e o relatório dos Auditores Externos. Com base nas conclusões apresentadas pela Empresa e pelos Auditores Externos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras anuais da Empresa. Este Relatório Anual do Comitê de Auditoria da Anima Holding S.A. foi preparado pelo Comitê de Auditoria e submetido à aprovação pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026.

São Paulo, 12 de março de 2026.  
**Edgar Jabbour** - Coordenador do Comitê de Auditoria  
**Eduardo Alvarenga** - Membro Independente do Comitê de Auditoria  
**Marina Gelman** - Membro do Comitê de Auditoria

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Ânima Holding S.A.** Belo Horizonte - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Anima Holding S.A. (Companhia), classificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e demonstrações do resultado, do resultado abrangente, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. A adequação das transações entre partes relacionadas, no âmbito da Política de Transações e Partes Relacionadas e Demais Situações Especializadas de Conflito de Interesse (Política de Transações com Partes Relacionadas), é função dos procedimentos de auditoria que a Companhia, a partir de 2023, implementou pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) reconciliação dos respectivos relatórios auxiliares com os saldos contábeis; e (iii) inspeção, em bases amostrais, de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno, incluindo certas transações envolvendo os programas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), verificando a efetiva elegibilidade e adesão por meio dos contratos dos alunos nos órgãos competentes; c) comprovantes de liquidação subsequente de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos. Como resultado destes procedimentos identificamos ajustes de auditoria não registrados pela diretoria, tendo em vista a imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a perpetuidade, margem bruta e taxa de desconto, bem como o montante do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos sobre os testes de impairment; (ii) testes sobre a integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (iii) comparação das projeções de ano anterior com

os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iv) avaliação sobre a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, incluindo taxa de crescimento de receita, taxa de crescimento no perpetuidade, margem bruta e taxa de desconto, comparando as referidas premissas com as informações obtidas dos planos de negócios e também aquelas obtidas externamente; e (v) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas, incluindo taxa de desconto, e métodos utilizados pela diretoria da Companhia nos cálculos dos fluxos de caixa futuros, bem como nos auxiliar com análises de sensibilidade em relação as principais premissas utilizadas nas projeções. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os testes de recuperabilidade do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras atividades desenvolvidas em 2025:** O Comitê de Auditoria realizou 20 reuniões previstas em seu calendário anual, sendo que 4 delas realizadas de forma conjunta com o Conselho Fiscal da Empresa. O Comitê de Auditoria reporta suas atividades por meio de relatos apresentados pelo coordenador do Comitê em todas as reuniões ordinárias do Conselho de Administração que envolvem a avaliação da adequação das demonstrações financeiras intermediárias (ITR’s) e anuais, ocasião em que são prestados esclarecimentos e oferecidas as recomendações para a revisão e aprovação do Conselho quanto aos assuntos de sua competência conforme o regimento específico. As principais atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no período seguem abaixo: **a. Governança:** O Comitê de Auditoria revisou e recomendou a aprovação de políticas internas e de documentos legais e regulatórios da Empresa destinados ao atendimento de obrigações de conformidade. A título de exemplo, o Comitê de Auditoria apoiou o processo de elaboração do Formulário de Referência e Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa da Empresa. **b. Auditoria Interna:** O Comitê recomendou ao Conselho de Administração a aprovação do Plano Anual de auditoria interna e monitorou sua execução a partir dos relatórios periódicos encaminhados, sugerindo e aprovando adequações ao Plano e à estrutura da área, a fim de otimizar e dar mais eficácia aos trabalhos da Auditoria Interna sempre que necessário. O Comitê avaliou e discutiu os resultados e conclusões dos relatórios e atividades realizadas, em alguns casos com as respectivas áreas envolvidas, e os reportou ao Conselho de Administração. **c. Auditoria Externa:** O Comitê de Auditoria se reuniu 4 vezes com os auditores externos (EY) a fim de se informar sobre: a) o plano anual de trabalho e as principais áreas de riscos, b) os trabalhos relacionados ao ambiente de controles internos, c) os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras trimestrais e anual, e d) avaliar a qualidade dos serviços prestados, e e) assegurar sua independência no exercício de suas funções. Os resultados dos trabalhos realizados pelos auditores externos foram formalizados em seus relatórios periódicos sobre as demonstrações financeiras trimestrais e anual, com os respectivos ajustes e recomendações de melhorias, tendo sido examinadas pelo Comitê em conjunto com o Conselho Fiscal da Empresa. **d. Relatórios Financeiros:** Uma das principais responsabilidades do Comitê de Auditoria é avaliar a qualidade das demonstrações financeiras da Empresa, observando os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, bem como os padrões contábeis internacionalmente reconhecidos. Ao longo do ano, todas as reuniões incluíram a apresentação e discussão de temas relacionados ao desempenho da Empresa e ao registro adequado nas demonstrações financeiras, incluindo reuniões específicas com os responsáveis por sua preparação. **e. Riscos e Controles Internos:** Os assuntos associados às áreas de Riscos Corporativos e Controles Internos da Companhia estiveram em pauta em diversas reuniões regulares do Comitê de Auditoria ao longo do ano, durante as quais os riscos críticos da Organização foram revisados e discutidos. Além disso, foram discutidas e encaminhadas as recomendações emitidas pelo auditor externo que envolvem o ambiente de controle interno da Companhia. **f. Conformidade:** Durante o monitoramento da eficácia dos processos de Conformidade, o Comitê de Auditoria abordou tópicos relacionados à área em diversas reuniões regulares do ano, concentrando-se principalmente (i) no acompanhamento da evolução e atualização do programa de Ética e Integridade da Empresa (ii) na revisão de políticas globais, incluindo a política de compliance, conflito de interesses e partes relacionadas (iii) no acompanhamento das atividades do canal de denúncias, principais indicadores relacionados às denúncias registradas, bem como a aplicação de consequências, quando necessário. **4. Parecer do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras Anuais:** Os membros do Comitê de Auditoria da Anima Holding S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam à revisão e análise das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o relatório da Administração e o relatório dos Auditores Externos. Com base nas conclusões apresentadas pela Empresa e pelos Auditores Externos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras anuais da Empresa. Este Relatório Anual do Comitê de Auditoria da Anima Holding S.A. foi preparado pelo Comitê de Auditoria e submetido à aprovação pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026.

São Paulo, 12 de março de 2026.  
**Edgar Jabbour** - Coordenador do Comitê de Auditoria  
**Eduardo Alvarenga** - Membro Independente do Comitê de Auditoria  
**Marina Gelman** - Membro do Comitê de Auditoria

